

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN/2011 A DEZ/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JAN/2011 A DEZ/2011	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.640.993.089,79	0,00
Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	811.763.820,01	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	277.556.126,59	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	532.775.777,89	
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	1.431.915,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.829.229.269,78	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.829.229.269,78	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	37.284.183.547,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	4,91
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.203.495.247,66
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.093.320.485,28

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Não constam despesas judiciais com precatório para a Unidade Orçamentária - 1031 - Tribunal de Justiça do Estado de MG.

(2) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(3) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.431.915,53

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN/2011 A DEZ/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JAN/2011 A DEZ/2011	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.640.993.089,79	0,00
Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	846.113.409,03	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores (2)	141.380.356,76	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	703.301.136,74	
Despesas de Caráter Indenizatório (4)	1.431.915,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.794.879.680,76	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.794.879.680,76	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	37.284.183.547,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	4,81
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.203.495.247,66
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.093.320.485,28

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Não constam despesas judiciais com precatório para a Unidade Orçamentária - 1031 - Tribunal de Justiça do Estado de MG.

(2) - Despesa com Pessoal Ativo;

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.431.915,53

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010.

R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões Alimentícias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuições/Retenções/Descontos p/ Institutos de Previdência	R\$ 5.259.492,33	R\$ 5.259.492,33	R\$ 0,00
Cauções e Garantias Diversas - Execução Contratual	R\$ 128.931,54	R\$ 128.931,54	
Outros Consignatários/ Retenções	R\$ 16.097.744,31	R\$ 16.097.744,31	R\$ 0,00
Recursos de Arrecadação GRCTJ	R\$ 40.201.402,15	R\$ 39.625.814,74	R\$ 575.587,41
Central de Mandados	R\$ 22.065.414,84	R\$ 22.065.414,84	R\$ 0,00
Fiança Crime	R\$ 4.135.189,31	R\$ 4.135.189,31	R\$ 0,00
Penas/ Multas Pecuniárias	R\$ 177.848,44	R\$ 177.848,44	R\$ 0,00
Cauções e Garantias Diversas	R\$ 197.785,86	R\$ 197.785,86	R\$ 0,00
Verbas Indenizatórias - Oficiais de Justiça - Diversos	R\$ 135.853,51	R\$ 135.853,51	R\$ 0,00
Precatórios de Prefeituras e Órgãos Diversos	R\$ 1.295.056,37	R\$ 1.293.472,95	R\$ 1.583,42
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 72.689.255,85	R\$ 72.689.255,85	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 824.271,11	R\$ 824.271,11	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RP Empenhados e não Liquidados - Exerc. Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	R\$ 163.208.245,62	R\$ 162.631.074,79	R\$ 577.170,83
Recursos Diretamente Arrecadados para livre utilização ⁽¹⁾	R\$ 232.151.234,90	R\$ 0,00	R\$ 232.151.234,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	R\$ 232.151.234,90	R\$ 0,00	R\$ 232.151.234,90
TOTAL (III) = (I + II)	R\$ 395.359.480,52	R\$ 162.631.074,79	R\$ 232.728.405,73
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ⁽²⁾	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

FONTE: SIAFI/ MG .

Nota: ⁽¹⁾ Valores de Outras Disponibilidades Financeiras - Crédito Financeiro a Receber da Unidade Central - GMIFP sujeitos a alterações por parte da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF/SEF/MG.

⁽²⁾ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010.

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ⁽²⁾	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 0,00	R\$ 72.689.255,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 11.616,57	R\$ 812.654,54	R\$ 0,00	R\$ 26.169.329,39	R\$ 26.169.329,39	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.303.564,94	R\$ 16.303.564,94	R\$ 0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	R\$ 11.616,57	R\$ 73.501.910,39	R\$ 0,00	R\$ 42.472.894,33	R\$ 42.472.894,33	R\$ 0,00
Recursos Diretamente Arrec. p/ livre utilização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190.255.511,40	R\$ 0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190.255.511,40	R\$ 0,00
TOTAL (III) = (I + II)	R\$ 11.616,57	R\$ 73.501.910,39	R\$ 0,00	R\$ 42.472.894,33	R\$ 232.728.405,73	R\$ 0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ⁽¹⁾	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI/MG

Nota: ⁽¹⁾ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.⁽²⁾ Disponibilidade de Caixa Líquida, antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício, sujeita a alteração em virtude dos reflexos da nota constante do Anexo V.

Desembargador CLÁUDIO RENATO SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

R\$1,00		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP (Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010).	R\$ 1.829.229.269,78	4,91
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP (Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010 c/c IN nº 01 de 21/04/01e nº 05 de 19/12/01 - TCMG)	R\$ 1.794.879.680,76	4,81
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R\$ 2.203.495.247,66	5,91
Limite Prudencial (§ único, art. 22 de LRF)	R\$ 2.093.320.485,28	5,6145
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	R\$ 42.472.894,33	R\$ 232.728.405,73

FONTE: Anexos I e VI, referente ao terceiro quadrimestre de 2011

Desembargador CLÁUDIO RENATO SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.